

G-20 e Rio+20: coincidência e acaso histórico?

Carlos R. S. Milani (LABMUNDO-RJ)

Não existem acasos ou coincidências em política internacional. Existem intencionalidades, agendas e atores que as constroem no âmbito de um sistema interestatal capitalista que convive com a construção paulatina de uma esfera pública transnacional. Como disse Theda Skocpol (*States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*), o Estado contou em sua formação histórica com duas âncoras, uma doméstica (seu modelo de desenvolvimento, sua sociedade, sua trajetória institucional) e outra externa que envolve três arenas: a política de relações com outros Estados, o sistema econômico e a sociedade transnacional. Nesta semana de junho de 2012, em cinco dias corridos, ocorreram duas grandes cúpulas: o G-20 em Los Cabos (México) e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em meio à crise europeia e aos limites atualmente encontrados no processo de acumulação por que passa o capitalismo, tanto em Los Cabos como no Rio de Janeiro os Estados compartilharam a cena com empresários e dirigentes de grandes firmas transnacionais, militantes de movimentos sociais e lideranças de organizações não governamentais, muito embora a política institucional e oficial seja bastante seletiva quanto à participação de atores não estatais nesse processo. Questões como “quem participa?” ou “quem é convidado?” são sempre delicadas de serem esclarecidas, tanto no caso do G-20 quanto na Rio+20.

Por que duas cúpulas em cinco dias? Para além dos relatos na mídia conservadora acerca dos fracassos da Rio+20 e dos resultados do G-20, denotando quase

invariavelmente uma preferência implícita pelo modelo de agrupamento informal, seletivo e oligárquico (que seria, portanto, mais eficiente) em detrimento do multilateralismo institucionalizado (de fato, sempre menos produtivo em resultados também porque mais pluralista e democrático)¹, quero ressaltar um aspecto que me chamou particularmente a atenção na coincidência temporal que marcou a celebração dessas duas cúpulas: **a presença da “economia verde” nas agendas de ambas as cúpulas**, apresentada como fenômeno pleno de novidade e, potencialmente, uma das soluções possíveis para a crise atual do sistema internacional. O que significa colocar lado a lado “crise financeira”, “crise europeia” e “economia verde”? Por que essa ênfase tanto em Los Cabos quanto no Rio de Janeiro? O que nos dizem os documentos oficiais já disponibilizados como resultados de ambas as cúpulas?

No plano de ação do G-20, Austrália, Brasil, Canadá, China, Indonésia, Coreia do Sul e EUA se dizem prontos para coordenar e implementar medidas discricionárias a fim de apoiar a demanda doméstica sempre que as condições econômicas se deteriorarem. O comunicado final (*Los Cabos G20 Leaders Declaration*) enfatiza medidas pró-crescimento, porém sem abandonar a menção à importância de programas de austeridade fiscal. Nesse mesmo sentido se orientou o discurso de Dilma Rousseff, reiterando que a resposta à crise global (e na zona do euro) requer políticas de estímulo ao desenvolvimento, não podendo ficar restritas a medidas de austeridade fiscal. Vários países anunciaram, sem maiores detalhes, estarem dispostos a colaborar com o FMI por meio de novos recursos destinados à prevenção e à solução de crises financeiras, leia-se ao resgate financeiro de bancos privados na Europa. O Brasil anunciou poder contribuir com US\$ 10 bilhões, mesma quantia oferecida por Rússia, Índia e México. A China entraria com US\$ 43 bilhões, enquanto França e Alemanha se comprometeram com 31,4 bilhões de euros e 41,5 bilhões de euros, respectivamente. Trata-se de promessas, cujas condições de cumprimento (*inter alia*, no caso dos BRICS, a aceleração do processo de reforma da governança das instituições financeiras internacionais) podem atrasar sua efetiva implementação.

Os Estados presentes no seletivo G-20 lograram muito pouco diante da crise do euro, o que pode ser interpretado de diversas maneiras: a atitude defensiva alemã (e dos

¹ Sobre o G-20, vide o artigo publicado no portal do LABMUNDO do mesmo autor, intitulado “Crise política e relações internacionais: uma análise escalar da política externa brasileira”, disponível em http://labmundo.org/pt/wp-content/uploads/2012/05/VICNPEPI_Artigo_Milani_final.pdf.

européus) contra a ingerência de outras potências em suas políticas econômicas (a história nos ensina a ser modestos...)? A incapacidade de uma saída concertada entre os membros do G-20? A necessidade para os países do BRICS, que em conjunto dispõem da maior parte das reservas internacionais, de se concentrarem em suas agendas nacionais e na cooperação entre os membros do pequeno grupo de “economias emergentes”? No entanto, chama a atenção que, na conclusão do sétimo encontro de cúpula do G-20, a “economia verde” tenha recebido tanta ênfase na Declaração Final de Los Cabos. Lê-se, no item 69, por exemplo: *“The long-term development and prosperity of current and future generations requires us to look beyond the immediate economic crisis. We acknowledge the importance of finding ways in which economic growth, environmental protection and social inclusion can complement and reinforce each other. **Inclusive green growth** in the context of sustainable development and poverty eradication can help achieve our development and economic goals, while protecting our environment, and improving social well-being on which our future depends. Inclusive green growth should not be used to introduce protectionist measures”* (grifo nosso). No parágrafo 70, afirma-se: *“We commit to continue to help developing countries sustain and strengthen their development through appropriate measures, including those that encourage **inclusive green growth**. We will reaffirm our commitment to sustainable development at the 2012 United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). We commit to maintaining a focus on inclusive green growth as part of our G20 agenda and in the light of agreements reached at Rio+20 and the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)”* (grifo nosso).

No documento de compromissos em matéria de políticas públicas circulado ao final do encontro, que sintetiza o que cada país individualmente tem realizado para “combater a crise” e buscará pôr em prática no futuro, é interessante notar que Estados como Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Alemanha e México anunciam que promoverão o “*green and sustainable growth*”, por meio de investimentos no setor energético e no desenvolvimento de “tecnologias verdes”. O Brasil assumiu o compromisso de ampliar o seu programa social no campo ambiental, graças à “Bolsa Verde”: R\$ 300,00 pagos a famílias inscritas no Bolsa Família mediante a prestação de serviços ambientais, com a meta de atingir 73 mil unidades até 2014. O Japão, cujo Primeiro Ministro não compareceria à Rio+20, engajou-se em Los Cabos com o “*development of green growth strategy*” (sic). A “*green economy*” aparece como mais uma “janela de oportunidade”

aos investimentos, mais uma fronteira de expansão para o capitalismo, agora em suas relações com a natureza, a alimentação, os recursos ecológicos e energéticos.

Do lado de cá, a Rio+20 publicou o seu texto-base, intitulado “O Futuro que Queremos”, contendo 283 parágrafos em 49 páginas com poucos compromissos e alguns poucos avanços institucionais no sistema das Nações Unidas (aumento da influência e autonomia do PNUMA, Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, criado a partir de Estocolmo em 1972). É claro que, com todas as suas mazelas econômicas e insuficiências democráticas, melhor seguir avançando no diálogo multilateral no seio das Nações Unidas. Por exemplo, o documento não retrocede politicamente ao reconhecer a necessidade de “equilíbrio” entre o Norte e o Sul com a manutenção do princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. O documento nada traz de efetivamente novo sobre a questão da transferência de tecnologias, nem de compromissos financeiros, pela falta de consenso nas negociações multilaterais. Também se cria um Fórum de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, nas Nações Unidas, para tentar coordenar as políticas e decisões da Rio+20. O documento também afirma, no segundo parágrafo, que a erradicação da pobreza é o grande desafio global que o mundo enfrenta hoje.

Aspecto que queremos destacar, porém, diz respeito ao quesito “economia verde”. Aí o documento é mais detalhado ao reconhecer, no parágrafo 59, que *“we view the **implementation of green economy policies** by countries that seek to apply them for the transition towards sustainable development as a common undertaking, and we recognize that each country can choose an appropriate approach in accordance with national sustainable development plans, strategies and priorities”* (grifo nosso). Já no parágrafo 66, lê-se que *“recognizing the importance of linking financing, technology, capacity building and national needs for sustainable development policies, **including green economy in the context of sustainable development and poverty eradication**”* (grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, os principais bancos multilaterais de desenvolvimento anunciaram a Ban Ki Moon que investirão mais de 175 bilhões de USD no financiamento de sistemas de transporte sustentáveis nos próximos dez anos, por exemplo, para o tratamento de problemas de congestão de tráfego urbano, poluição do ar e melhoria das rodovias, podendo esse esforço financeiro chegar a cerca de 10% do PIB de alguns

países em desenvolvimento. Retomam-se as prioridades em “infraestrutura verde” na cooperação internacional para o desenvolvimento. A “economia verde” abriria, assim, um campo bastante consequente de projetos para alavancar o crescimento econômico dos países. Com que tecnologia? Controlada por que empresas e países? Mais uma vez, aqui o documento silencia sobre os recursos e os meios para a implementação dessas promessas.

Tanto na cúpula oficial do Rio quanto no encontro do grupo informal no México, como ressaltam muitos ativistas presentes na Cúpula dos Povos no Aterro do Flamengo, mais particularmente os que tive o prazer de ouvir durante o debate organizado pela REBRIP em 19 de junho², a economia verde pode de fato ser considerada uma nova fronteira de expansão do capitalismo. A partir de 2012, com mais ênfase e com a legitimidade conferida pelas Nações Unidas, deve-se acelerar o processo de criação de novos direitos de propriedade, a revisão de legislações (ou reformas de códigos em distintos países), o estabelecimento de novos mercados “verdes” (a exemplo do mercado de crédito de carbono), seguindo a lógica da mercantilização da natureza, da definição de “*commodities*” sobre bens ambientais e ecológico-energéticos e da financiarização da natureza e da alimentação³. O *website* oficial da Rio+20 é rico em exemplos de como promover a “economia verde”⁴.

Sistemicamente, é claro 2012 e 1992 são dois momentos distintos. A Eco-92 beneficiou-se dos ares na ordem pós-Guerra Fria e das esperanças quanto aos dividendos da paz a serem investidos no desenvolvimento sustentável. A Rio+20 ocorre no bojo de mais uma grave crise de acumulação, com repercussões no centro do sistema internacional e com a necessidade de se definirem novas (e sempre maiores...) possibilidades de investimentos financeiramente rentáveis. Em 2012, com a emergência de grupos como o G-20, há um sério risco de informalização e “desconstitucionalização da ordem internacional” (expressão de Maria Regina Soares de Lima). E, nesse contexto, a visão mais radical sobre as ameaças e os riscos relativos à economia verde estão ausentes dos debates oficiais do RioCentro, o que revela que as bandeiras mais críticas das esquerdas

² “Proteger os bens comuns, não os bancos”, mesa-redonda organizada pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), *Third World Network* e a rede “Our World is not for Sale” (www.ourworldisnotforsale.org).

³ O artigo de Jennifer Clapp que disponibilizamos no portal do LABMUNDO trata desse tema. Vide o artigo em <http://labmundo.org/pt/wp-content/uploads/2012/06/Clapp-Rio-paper-April-28.pdf>.

⁴ Conferir o *website* em <http://www.rio20.info/2012/objetivos-e-temas>.

mundiais parecem ter-se definitivamente deslocado dos partidos socialistas e governos progressistas para os movimentos e as redes de ativismo político na esfera pública transnacional. O governo brasileiro cumpre o seu papel de país-sede da Conferência, buscando a construção de consensos durante as negociações, no que os nossos diplomatas são exímios e excelentes profissionais. O Itamaraty parece, assim, ter logrado uma agenda minimalista do ponto de vista diplomático, a agenda possível no plano multilateral, ao conseguir aprovar o documento-base da Rio+20 e evitar graves retrocessos em pontos já acordados, há 20 anos, na Rio-92. O que salva o multilateralismo, no entanto, parece se resumir à criação de uma agenda de negociação para os próximos três anos, o que não protege, longe disso, os bens comuns do planeta do interesse voraz dos investidores e da finança internacional. Será que o futuro nos reserva a inevitável necessidade de apostar e negociar nas bolsas a fim de garantir a proteção do meio ambiente e a qualidade de vida para todos sem distinção de classe, gênero, raça ou etnia? Quem poderá participar desse jogo, dessas apostas? Definitivamente o mundo de 2012 é bem diferente do que ele era em 1992... ■